

Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica

CHAMAMENTO DE ARTIGOS, DE 29DEMARÇO DE 2022 REVISTA CNJ, EDIÇÃO ESPECIAL – MULHERESE JUSTIÇA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PROGRAMAS, PESQUISAS E GESTÃO ESTRATÉGICA E EDITOR DA REVISTA CNJ, no uso de suas atribuições, convoca mulheres da comunidade acadêmica e pesquisadoras para participarde seleção e publicação de artigos na edição especial da Revista Eletrônica do CNJ: Mulheres e Justiça.

1. OBJETIVO

O presente chamamento tem por objetivo a seleção e publicação de artigos sobre o eixo temático: Mulheres e Justiça.

2. CRONOGRAMA

Lançamento do chamamento de artigos	29/3/2022
Data limite de submissão de artigos	Até as 23h59m do dia 18/4/2022
Data prevista para publicação da Revista na página do CNJ	28/6/2022

3. REGRAS DE SUBMISSÃO

3.1 Os artigos submetidos à edição especial “Mulheres e Justiça” deverão ser de autoria exclusiva de mulheres.

3.2 A Revista Eletrônica do CNJ tem por linha editorial: análise de temas relativos aos direitos humanos e do meio ambiente; garantia da segurança jurídica; combate à corrupção e ao crime organizado; incentivo ao acesso à justiça digital; e uniformização e melhor capacitação dos(as) magistrados(as) e servidores(as).

3.3 A autora deverá ser pós-graduada em nível de mestrado, doutorado ou pós-doutorado, em qualquer área de formação.

3.4 O artigo poderá ter autoria compartilhada.

3.5 Serão aceitos artigos com até 3 (três) autoras, desde que uma delas tenha mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

3.6 Os trabalhos encaminhados para publicação na Revista CNJ deverão ser inéditos no Brasil e sua publicação não deve estar pendente em outros veículos de publicação, impressos ou eletrônicos.

3.7 Após a publicação na Revista CNJ, os trabalhos poderão ser publicados em outros veículos, desde que se cite a publicação original como fonte.

3.8 Não serão devidos direitos autorais ou qualquer remuneração pela publicação dos trabalhos na Revista CNJ, em qualquer tipo de mídia impressa (papel) ou eletrônica (internet, CD-Rom, e-book etc.).

3.9 As interessadas em submeter seus artigos para publicação deverão acessar o endereço eletrônico da Revista CNJ: <http://www.cnj.jus.br/ojs/index.php/revista-cnj/index>, fazer seu cadastro na revista e submeter o artigo eletronicamente, no próprio sistema.

3.10 Recomenda-se a utilização de processador de texto Microsoft Word 97 ou versão superior. Caso seja usado outro processador de texto, os arquivos devem ser gravados no formato RTF (de leitura comum a todos os processadores de texto) ou ODT (Libre Office Writer).

3.11 O envio de material para a revista implica a declaração tácita de ineditismo do estudo.

3.12 As autoras não poderão submeter mais de um artigo ao presente chamamento.

3.13 O texto do artigo encaminhado deverá, necessariamente, ser em português.

3.14 Não deve haver menção de autoria no corpo do artigo.

3.15 Haverá preferência por artigos que utilizarem informações das bases de dados de acesso público do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

3.16 As autoras deverão submeter o texto do artigo à avaliação preliminar antiplágio, mediante uso de software antiplágio e preenchimento de termo de declaração anexa.

4. NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

4.1 Os artigos deverão ser precedidos de uma página de rosto da qual se fará constar: Edição especial: Mulher e Justiça (centralizado e destacado em negrito); título do trabalho em português (centralizado e destacado em negrito); título do trabalho em inglês (centralizado e destacado em negrito); nome da autora, CPF, endereço completo para correspondência, com CEP, telefone/fax, e-mail e um brevíssimo currículo, de no máximo três linhas, com os principais títulos acadêmicos e/ou a principal atividade exercida; resumo, em português, seguido das palavras-chave; abstract, em inglês, seguido das keywords.

4.2 O resumo seguirá as diretrizes da ABNT NBR 6028:2003 (Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas). Deverá contemplar, em sua estrutura, quatro partes: objeto (do que trata); objetivo (aonde pretende chegar); método (tipo de pesquisa ou estrutura textual); e conclusão (resultados alcançados). Terá, no máximo, 10 linhas e será redigido em um só parágrafo, obedecendo-se as pontuações gramaticais.

4.3 As palavras-chave (palavras ou expressões que expressem as ideias centrais do texto) devem ser no máximo cinco, como, por exemplo: Palavras-chave: Partido político. História. Democracia. Desafio. Pós-modernidade.

4.4 Os trabalhos encaminhados deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a. Folha de papel A4.
- b. Entre 15 e 25 páginas, com parágrafos justificados, sem formatação de qualquer natureza.
- c. Fonte Times New Roman, corpo, tamanho 12.
- d. Entrelinhas simples.
- e. Margens superior e inferior de 2,0 cm, lateral esquerda e direita de 3,0 cm;
- f. Texto estruturado com introdução, desenvolvimento, conclusão e referências às fontes consultadas, devendo a introdução conter a justificativa e os objetivos do trabalho, ressaltando a relevância do tema investigado; o desenvolvimento abrangerá a discussão e/ou análise das hipóteses apresentadas, com amparo bibliográfico adequado; a conclusão deverá conter de forma concisa a resposta aos objetivos propostos; a numeração dos tópicos deverá ser progressiva, identificadas com algarismos arábicos, sem ponto, com dois espaços antes do título do tópico (Exemplo: 2) e as subseções têm ponto intermediário (Exemplo: 2.1).
- g. Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico. Não deve ser usado o negrito ou a sublinha. Citações de outros(as) autores(as) com até três linhas devem ser feitas entre aspas, no corpo do texto, sem o uso de itálico. As citações que ultrapassarem as três linhas deverão figurar em parágrafo próprio, com recuo de 4,0 cm, fonte 1 ponto menor que a do texto principal, sem aspas, conforme orientações da ABNT NBR 10520:2002 (citações em documentos). As referências legislativas ou jurisprudenciais devem conter todos os dados necessários para sua adequada identificação e localização. Em citações de sites da internet, deve-se indicar expressamente a data de acesso no seguinte formato: Acesso em: 7 ago. 2021.
- h. As citações em línguas estrangeiras devem ser obrigatoriamente traduzidas.
- i. As notas de rodapé de cada página serão utilizadas, preferencialmente, para apresentação de conceitos e explicações que não possam ser inseridos no corpo do texto.
- j. As referências textuais deverão ser feitas de acordo com a ABNT NBR 6023:2002. Elas devem ser citadas em formato "autor: data" no corpo do texto principal. Todas as fontes utilizadas na pesquisa e citadas no texto deverão constar no final do artigo com o título Referências.

4.5 Os trabalhos que não atenderem a quaisquer regras de submissão e normas para publicação serão devolvidos. A Revista Eletrônica do CNJ não se responsabilizará e não realizará correção, adaptação ou complemento nos trabalhos, tais como inserção de resumo ou palavras-chave, que ficam à elaboração exclusiva da(s) autora(s) do artigo.

4.6 Recebido o trabalho pela coordenação da Revista, realizar-se-á o respectivo aviso de recebimento à autora.

4.7 Após a verificação do atendimento das normas de publicação, o trabalho será submetido à análise prévia da coordenação para verificação de adequação à linha editorial da Revista CNJ. Após essa avaliação, o artigo terá suprimidos os elementos que permitam a identificação de sua autora e será remetido à análise de um especialista anônimo, indicado pelo coordenador do Conselho Editorial para avaliação qualitativa de sua forma e conteúdo. Caso o parecer seja negativo, o trabalho será enviado para um segundo especialista anônimo, seguindo o sistema do doubleblindpeerreview.

4.8 A seleção de trabalhos para publicação é de competência do Conselho Editorial da Revista e será feita mediante a análise dos pareceres técnicos. Os trabalhos recebidos para análise e aprovados não serão devolvidos às autoras.

4.9 As decisões do Conselho Editorial da Revista não serão suscetíveis de recursos ou impugnações em qualquer etapa do processo.

4.10 É obrigação da autora acompanhar o processo de submissão por meio do sistema da Revista. A coordenação da Revista CNJ ficará à disposição das autoras, sempre que pretenderem obter informações acerca do andamento do processo de análise editorial dos trabalhos encaminhados, por meio do correio eletrônico revistacnj@cnj.jus.br, assunto: Informações sobre análise de matéria da revista.

4.11 Caso o artigo não seja avaliado a tempo para publicação na Revista Eletrônica do CNJ, Edição Especial Mulheres e Justiça, poderá permanecer no banco de artigos da Revista, caso seja de interesse das autoras, até sua completa avaliação, e, caso aprovado, será publicado nas edições posteriores da Revista.

4.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial da Revista.